

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F723 A formação docente nas dimensões ética, estética e política 1
[recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. –
Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Formação Docente
nas Dimensões Ética, Estética e Política; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-568-6

DOI 10.22533/at.ed.686190209

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Ética. 3. Professores –
Formação – Brasil. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “A formação Docente nas Dimensões Éticas, Estética e Política 1” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Atualmente, o modelo de desenvolvimento econômico, o processo de globalização, os avanços tecnológicos, que geram rápidas e constantes mudanças em todos os setores da sociedade, têm exigido das instituições, principalmente da escola, maior eficácia, produtividade, qualidade e competitividade, suscitando a necessidade de profissionais competentes e atualizados, capazes de assumir os diferentes papéis no mercado de trabalho e no contexto em que vivem.

Os saberes adquiridos nas formações iniciais já não oferecem suporte para exercer a profissão com a devida qualidade, como acontecia até pouco tempo, conforme alude Lévy (2010, p.157): “pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início do seu percurso profissional, estarão obsoletas no fim da sua carreira”.

Na atividade docente torna-se ainda mais premente que ocorra a formação continuada, pois o ofício de professor não é imutável, suas mudanças incidem principalmente pelo surgimento e a necessidade de atender as “novas competências”. Este ofício vem se transformando, exigindo: prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias diferenciadas, sensibilidade à relação com o saber e com a lei. Tudo isso leva a um repensar da prática e das competências necessárias para o desempenho do papel de educador.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

Conforme Imbernón (2001) a formação continuada, entendida como fomento do desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos professores, eleva o trabalho para que ocorra a transformação de uma prática. Tal prática está para além das atualizações científicas, didáticas ou pedagógicas do trabalho docente. A formação continuada supõe uma prática cujo alicerce é balizado na teoria e na reflexão para a mudança e a transformação no contexto escolar. Dessa forma, os professores passam a ser protagonistas de sua história, do seu fazer pedagógico, e de uma prática mobilizadora de reflexão sobre tudo o que vêm realizando (Nóvoa 1999; Schon 1997).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem

provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola em sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade. Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (RE)CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS PEDAGÓGICA: DESAFIOS ATUAIS DA EDUCAÇÃO	
Ayala de Sousa Araújo Anderson Nildo dos Santos de Jesus Rafaela Caroline Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.6861902091	
CAPÍTULO 2	10
A CONTRIBUIÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CICLO ALFABETIZADOR, EM SERRA DO MEL-RN	
Themis Gomes Fernandes Maria Kéllia de Araujo Francisca Erenice Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6861902092	
CAPÍTULO 3	24
A EDUCAÇÃO EM SAÚDE PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Manoel Messias Santos Alves Bruno Meneses Rodrigues José Elyton Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6861902093	
CAPÍTULO 4	38
A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO XIX NA PROVÍNCIA DE SERGIPE	
Maria dos Prazeres Nunes Simone Silveira Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.6861902094	
CAPÍTULO 5	47
A FOTOGRAFIA NA DOCÊNCIA DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	
Adeilton Santana Nogueira Éverton Gonçalves de Ávila Vera Maria dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6861902095	
CAPÍTULO 6	59
A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Viviane Novaes de Souza Leandro dos Santos Camila Mota Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6861902096	
CAPÍTULO 7	69
A LITERATURA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LEITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Nailson dos Santos Almeida Suely Cristina Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6861902097	

CAPÍTULO 8	80
A POPULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS EM FUNÇÃO DA ASTRONOMIA SOLAR	
Caio Crespo Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.6861902098	
CAPÍTULO 9	89
A PROBLEMÁTICA DO <i>BULLYING</i> NA ESCOLA: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA A GESTÃO E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	
Lucyvânia D'arc Duarte Ribeiro	
Raimunda Rita de Cássia Nascimento Silva	
Sandra de Sousa Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.6861902099	
CAPÍTULO 10	98
A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: AS CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM OS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS NO COTIDIANO ESCOLAR	
Paloma Rezende de Oliveira	
Joselaine Cordeiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.68619020910	
CAPÍTULO 11	111
ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PRESENTE NO CONTEÚDO GENÉTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA	
Franciane Silva Lima	
Hellen José Daiane Alves Reis	
Andréa Martins Cantanhede	
DOI 10.22533/at.ed.68619020911	
CAPÍTULO 12	123
AS COMPETÊNCIAS DO GESTOR EMPREENDEDOR PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PELOS PROFESSORES E ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Ada Mônica Santos Brito	
DOI 10.22533/at.ed.68619020912	
CAPÍTULO 13	134
ATUALIZAÇÕES DIDÁTICAS: DE TRAJANO À FOTOGRAFIA INTELIGENTE	
Adeilton Santana Nogueira	
Éverton Gonçalves de Ávila	
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.68619020913	
CAPÍTULO 14	146
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	
Danise Vivian Gonçalves dos Santos	
Eunice Maria da Silva	
Renata Aparecida Dias Alexandre	
DOI 10.22533/at.ed.68619020914	

CAPÍTULO 15	158
BIOÉTICA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA: A IMPORTANCIA DA EMPATIA E DA PERCEPÇÃO	
Vinícius Lurentt Bourguignon	
DOI 10.22533/at.ed.68619020915	
CAPÍTULO 16	195
BLOCOS DE MONTAGEM COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Camila Mendonça Romero Sales	
Arthur Rezende da Silva	
Diego da Silva Sales	
Aline Pires Vieira de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.68619020916	
CAPÍTULO 17	203
CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DE SI: COMPARTILHANDO O TRABALHO NAS TURMAS DE AEE	
Andréa de Sá Rocha Nogueira	
Geórgia Oliveira Costa Lins	
Hildiana Maria Gomes Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.68619020917	
CAPÍTULO 18	213
DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI: DO QUADRO À TELA	
Elizabeth Danziato Rego	
DOI 10.22533/at.ed.68619020918	
CAPÍTULO 19	227
DIÁLOGOS ENTRE CINEMA, FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E INFÂNCIA	
Larissa Ferreira Rodrigues Gomes	
Fabiola Alves Coutinho Gava	
Maria José Rassele Soprani	
DOI 10.22533/at.ed.68619020919	
CAPÍTULO 20	236
EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO UM ATO DE INCLUSÃO	
Maria Aparecida dos Santos Siqueira	
Julia Tadeu Silva dos Santos e Paula	
DOI 10.22533/at.ed.68619020920	
CAPÍTULO 21	247
EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Leandro dos Santos	
Viviane Novaes de Souza	
Elisson Souza de São Jose	
DOI 10.22533/at.ed.68619020921	

CAPÍTULO 22 257

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID BIOLOGIA DA UFRR

Wilma Lima Lira

Jairo Ferreira de Oliveira

Lucilia Dias Pacobahyba

Maria Aparecida Neves

Silvana Tulio Fortes

DOI 10.22533/at.ed.68619020922

SOBRE A ORGANIZADORA..... 267

ÍNDICE REMISSIVO 268

EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Leandro dos Santos

Universidade Federal de Sergipe – UFS, São
Cristovão - Sergipe

Viviane Novaes de Souza

Universidade Federal de Sergipe – UFS, Itabaiana
- Sergipe

Elisson Souza de São Jose

Universidade Federal de Sergipe – UFS, São
Cristovão - Sergipe

RESUMO: Este trabalho buscou fazer uma análise acerca dos caminhos que têm levado a (des)qualificação do trabalho escolar nas escolas rurais em Sergipe, e ainda, discutir questão da improdutividade no trabalho educativo nas escolas rurais em Sergipe, ações estas oriundas de um processo político cuja finalidade é dificultar o trabalho docente, levando as suas extremas limitações. Para tanto, foi levantado alguns dados sobre fechamento de escolas, foi realizado ainda, conversas informais com professores atuantes em classes multisseriadas. Para análise teórica, buscamos trabalhar com as obras de Caldart (2009), Saviani (2008), Silva (2015), Frigotto (2010). Esperamos que estes resultados iniciais possam servir de base para que novos estudos possam surgir a partir deste.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Trabalho. Classes multisseriadas.

RURAL EDUCATION IN SERGIPE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This work sought to analyze the paths that have led to the (dis) qualification of school work in rural schools in Sergipe, and also to discuss the issue of unproductiveness in educational work in rural schools in Sergipe. These actions originate from a political process whose purpose is to hamper teaching work, taking its extreme limitations. In order to do so, some data on school closure was collected, informal conversations with teachers working in multisite classes were also carried out. For theoretical analysis, we seek to work with the works of Caldart (2009), Saviani (2008), Silva (2015), Frigotto (2010). We hope that these initial results may serve as a basis for further studies to emerge from this.

KEYWORDS: Education. Job. Multiseries classes.

INTRODUÇÃO

Inicialmente publicado nos anais do 11º Encontro Internacional de Formação de professores, 12º Fórum permanente internacional de inovação Educacional, 4º Fórum Estadual da Associação Nacional pela formação de professores seção Sergipe, com o

tem: “A formação ética, estética e Política do professor da Educação básica”, realizado na cidade de Aracaju-Se no ano de 2018 no GT4 – Educação Rural/do Campo, este trabalho foi desenvolvido a partir de observações realizadas nos diferentes níveis da educação básica em unidades de ensino da rede pública e privada do Estado de Sergipe. Dessa forma, para fundamentar os dados inicialmente levantados, foram analisadas uma vasta literatura nas quais seus autores abordam discussões atuais sobre a concepção de políticas públicas de educação, currículo e formação docente.

Este trabalho se propõe a realizar uma análise acerca dos caminhos que têm levado a (des)qualificação do trabalho escolar e, conseqüentemente, a improdutividade no trabalho educativo nas escolas rurais em Sergipe e a seus fechamento, ou seja, ao longo dos anos, muito se tem debatido a questão do analfabetismo e do fracasso escolar, contudo, os caminhos, até então, apontados por alguns teóricos trouxeram teorias a serem discutidas, porém sem analisar de forma direta os demais agentes envolvidos.

Cabe ressaltar que um dos desafios ao longo da história da educação no Brasil é a construção de um modelo de escola que “[...] não seja lugar apenas de ensinar conteúdo ou a dimensão da cognição [...]” (CALDART, 2002, p. 57). Observa-se que ao longo dos anos, a educação oferecida pelo Estado tornou-se uma ferramenta de alienação aos interesses da sociedade capitalista, ou seja, uma escola que prepara e instrumentaliza o indivíduo ao exercício do trabalho escravo é alienante, uma educação que não leva o indivíduo a refletir acerca das condições reais de sobrevivência.

O fato é que esse modelo de educação, hoje fundamentada em princípios e valores meramente ideológicos, excludente e seletista, têm como objetivo preparar o indivíduo apenas para o mercado de trabalho, ou seja, não há construção para a valorização do conhecimento historicamente construído por aqueles que vivem no e do campo. Isso significa que há “[...] uma tensão permanente, cuja origem se localiza no caráter contraditório e antagônico das relações sociais [...]” (FRIGOTTO, 2010, p. 185). Dessa forma, a escola tornou-se instrumento de reprodução, o que inviabilizou a construção de caminhos para sua transformação.

Segundo Caldart (2011, p. 57), “[...] o que dá sentido ou indica a direção da transformação da escola é a rediscussão dos objetivos formativos que temos com os sujeitos com que trabalhamos e da tarefa educativa específica da escola”. E continua:

[o] trabalho com o conhecimento é tarefa educativa da escola, mas conhecimento não equivale a conteúdos isolados e fragmentados que costumam caracterizar e organizar os tempos escolares, definindo objetivos, avaliação e método pedagógico. Essa é a armadilha da escola atual, ela se cola ao conteúdo, absolutiza-o, mas, ao mesmo tempo, não o trabalha de modo a garantir efetivamente, seja apropriada pelos estudantes e se torne conhecimento. (CALDART, 2011, p. 58).

Assim sendo, a escola que hoje carrega em sua conjuntura a política do enfrentamento deveria ser um instrumento de construção de diferentes práticas e

reflexões, não apenas, de transmissão de conteúdos submissos e organizados sem o devido debate social, ou seja, baseado em um modelo em que o professor lê, transmite e o indivíduo apenas recebe, como afirma Freire (1974), uma educação bancária.

Uma educação com parâmetros impostos, sem a valorização do conhecimento prévio do indivíduo, no qual o educando recebe apenas uma sequência de conteúdos didáticos e é obrigado a “decorar” para garantir uma aprovação por meio de notas classificatórias, seletivas e excludentes. Esse é um processo, considerado metodológico, o qual vem sendo combatido por alguns pesquisadores, pois, ao longo dos anos, percebeu-se a perda do papel da escola na construção social do indivíduo, sendo que o desinteresse pela mesma era um fator crescente tanto nas escolas urbanas como também nas rurais.

Diante de um cenário contraditório, em que o trabalho docente vem sendo constantemente desvalorizado e a prática desinteressante, surge uma série de problemas conjunturais que passam a fazer parte do cotidiano da escola, dentre os quais, a evasão escolar. A questão de permanência na escola teve índices negativos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais - INEP, 2013, em que o percentual da população rural com ensino médio completo é de apenas 17%, enquanto na zona urbana esse índice é de 52,5%.

Diante da debilidade do capital sociocultural da população do campo, decorrente do desamparo histórico a que vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população. A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. (INEP, 2007, p.19).

O analfabetismo é outro fator importante, segundo dados do IBGE, 2013, pessoas com idade entre 15 anos ou mais, atingem 23,5% na área rural, isso representa 5,5 vezes superior a mesma população da zona urbana, um quantitativo que representa o tamanho da necessidade de desenvolver um estudo indicativo da raiz do problema.

Em 2016, o Brasil contava com 186,1 mil escolas de educação básica, conforme aponta dados do INEP, 2016, sendo que, a maior rede de educação básica do país está sob a responsabilidade dos municípios, concentrando cerca de 2/3 das escolas (114,7mil) e a participação das escolas da rede privada passou de 21,1% em 2015 para 21,5% em 2016, sendo a rede federal com apenas 0,4%, a rede estadual conta com 16,5 e a municipal com 61,7% do total.

No ensino superior, a dificuldade em formar professores parte da lógica da redução de investimentos. Atualmente, o país conta com uma parte do ensino superior privatizado e de baixa qualidade, sendo que as instituições trabalham com uma lógica de formação na qual os estudantes passam 90% do curso de licenciatura, confinados às teorias educacionais, já a prática passa a ser responsabilidade apenas

de um estágio supervisionado de menos de 30 dias. Importante frisar que este futuro educador, não recebe incentivo a pesquisa, ou seja, a universidade brasileira ao invés de ser o caminho para a formação de um professor pesquisador promove uma formação fragilizada. Segundo apontou o IBGE, 2009, apenas 3,4% da população com idade de 18 a 24 anos, frequentaram curso superior.

Assim sendo, percebemos a necessidade de levantar um breve debate acerca dos caminhos que têm levado a (des)qualificação do trabalho escolar e, conseqüentemente, a improdutividade no trabalho educativo nas escolas rurais em Sergipe, escolas estas que nos últimos anos tem sofrido com a política de fechamentos, cujos interesses se justificam pelo texto redativo da lei nº 12.960/14, contudo, ao analisar a realidade concreta, percebemos que um conjunto de fatores políticos, são determinantes na tomada de decisão de um processo que vai além de meras considerações.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA AO LONGO DOS ANOS

A educação no Brasil teve início quando os índios ainda habitavam em nosso território. Era de modo informal, ou seja, desde crianças eram ensinadas técnicas de sobrevivência por intermédio dos mais velhos que davam noções de pesca, plantação, cozinha, guerra, construção das próprias armas, casas, etc. Era sua cultura voltada para necessidades vitais e não havia uma instituição destinada a educar.

Segundo Raymundo (1998, p. 43),

[a] Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (p. 43)

A educação brasileira carrega uma marca inevitável do projeto de colonização planejada por Portugal e desenvolvida no Brasil. Mas o objetivo dos jesuítas não se limitou somente a este projeto. A companhia de Jesus exerceu uma grande influência em nossa educação especialmente sobre a sociedade burguesa, que fora formada em suas escolas. Eles introduziram no período colonial uma concepção de educação que contribuiu para o fortalecimento do poder hierarquizado privilegiando um pequeno grupo. Dessa forma, a educação tinha o papel de perpetuar as desigualdades sociais e de classes.

Nesse contexto, fazendo uma breve análise da história, podemos verificar que a educação formal imposta aqui no Brasil, desprezou a cultura e os costumes das pessoas aqui presentes. No entanto, mesmo com uma metodologia com interesses capitalistas, cujo objetivo era fortalecer a burguesia e trazer desenvolvimento para o seu povo. Convém ressaltar os inúmeros interesses políticos, sociais e econômicos

usados como suporte para toda a ação pedagógica que fez da educação sinônimo de acomodação.

Estudos acerca da formação docente no Brasil e pensamentos educacionais têm sido ampliados no meio acadêmico na tentativa de promover a difusão do conhecimento produzido por estudantes e pesquisadores das mais diversas licenciaturas. Contudo, a formação atualmente oferecida pelas universidades deixa a desejar quanto à qualidade, uma vez que os objetivos não mais valorizam a aquisição de conhecimentos, mas apenas a conquista de um diploma que vá possibilitar uma ascensão no mercado e trabalho.

A questão do trabalho docente subordinado ao mercado capitalista acontece na medida em que se aprofunda a divisão do trabalho na escola. Essa separação não só se aprofunda com o avanço do capital, como também os trabalhadores da educação deixam de ser trabalhadores assalariados para ser trabalhadores parcelares, expropriados do seu derradeiro privilégio: a posse do saber escolar através das mudanças no sistema educativo, que passa de um trabalho artesanal da escola tradicional para o trabalho parcelado dividido. O resultado principal desta mudança é a separação entre o produto e o processo de produção. (SILVA, 2011, p. 17).

Nesse contexto, Thomas Hobbes (1588-1679) apud Antunes (2004, p. 69) aponta que “[o] valor de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço, isto é, o que se pagaria pelo seu uso e força”. Ou seja, a desqualificação em um processo de formação aumenta automaticamente a capacidade de concorrência na busca pela exploração do trabalhador pelo menor preço, ou seja, um mercado que começa dentro da universidade e se estende, a fim de, manter viva, a lógica exploradora do sistema capitalista.

Assim sendo,

[a] educação proposta, longe de orientar uns para uma profissão e outros para outra, deveria destinar-se a todas as crianças e jovens, indistintamente, possibilitando tanto o conhecimento da totalidade das ciências como das capacidades praticas em todas as atividades produtivas. (LOMBARDI, 2008, p. 13).

Tendo como referência uma vasta literatura que aborda a questão da formação de professores no contexto das transformações da relação capital e trabalho. A presente pesquisa busca fazer uma análise sobre este objeto de estudo, a fim de, demonstrar que historicamente, a formação de professores no Brasil serviu apenas para justificar a necessidade de manter uma (des)educação que garantisse legalmente, a manutenção de um sistema celetista, explorador e excludente, no qual a relação capital e trabalho sempre fossem elementos fundamentais na construção de um ideário curricular, em que o exercício prático da profissão, nada mais é do que um processo de reprodução das mais variadas formas de alienação.

A escola construída no Brasil, sempre carregou em suas origens um sistema de indução a alienação. Onde existe uma hierarquia educacional dualista do qual se delineiam caminhos diferenciados de acordo com a classe social e que utiliza a

escola como meio de dominação, em defesa da ideologia capitalista. Chauí (1980, p. 113) descreve de uma maneira ampla o conceito de ideologia:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção.

O modelo de educação atual não satisfaz as necessidades contemporâneas dos alunos e os métodos utilizados nas aulas não condizem com a realidade dos mesmos. Existe um sistema que trata o aluno como mero reproduzidor de um saber que lhe é “repassada” como única e real.

Partindo do pressuposto de que a educação seja um meio fundamental para construção do indivíduo, e que a pedagogia vigente não tem propiciado a construção do ser humano de modo que ele construa sua existência a partir do seu trabalho. A escola tradicional reproduz a ideologia em favor da classe dominante, tornando os trabalhadores alienados e submissos a serviço de uma classe à qual ele não pertence.

Nas palavras de Freitas (2008 p. 102), “[...] as classes dominantes (capitalistas e gestoras), não se preparam para o trabalho, mas sim para coordenar os que trabalham”. A educação oferece dois tipos de educação, uma para os donos dos meios de produção e outra para a classe proletária, sendo que a classe dominante decide a educação oferecida à sociedade.

Para Marx (1986, p. 72),

[as] ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que tem à disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto a expressão que tornam uma classe, a classe dominante; portanto as ideias de sua dominação. [...] os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas, também consciência e por isso pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e conseqüentemente dominem também como os pensadores e como produtores de ideias.

A força material da classe dominante capitalista se caracteriza pela posse dos meios de produção, portanto isso acontece pela posse dos produtos do trabalho realizado pelos proletários e tem como consequência o domínio das ideias e outras instâncias sociais, entre elas a educação.

Observa-se a partir da história do Brasil, que a (des)educação teve início com o processo de escravidão, ou seja, da eliminação de um saber já existente dos povos aqui presentes, a fim de constituir uma outra cultura com base na imposição de um modelo educacional não condizente com as reais necessidades, no sentido de “educar”, mas, com um objetivo de tornar o indivíduo escravo de sua própria condição de sobrevivência.

EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em um cenário de constantes mudanças, adentramos no debate acerca das escolas rurais em Sergipe, segundo dados da Frente Parlamentar Mista pela Educação do Campo, acessado em fevereiro de 2018, em apenas um ano, foram fechados mais de 40 estabelecimentos de ensino na zona rural sergipana nas suas diferentes regiões, essa ação, promovida pelos gestores públicos, faz com que centenas de crianças, adolescentes e jovens, se arrisquem em transportes escolares, muitas vezes em condições precárias para que possam se deslocar para as escolas urbanas.

Alem de todo esse processo de deslocamento, essas crianças passam a receber um modelo de educação preocupante, baseada na formação de classes multisseriadas, onde o professor é obrigado a ser um profissional polivalente, ou seja, diante de classes que possuem crianças em anos/séries diferentes, este profissional é levado a oferecer uma suposta educação de qualidade para todos, contudo, sem as mínimas condições de sua realização.

As turmas multisseriadas, da forma como são constituídas torna inviável a qualidade do ensino, à medida que aglomera estudantes em um espaço físico deficiente, reduzido as quatro primeiras séries do ensino fundamental e sustentado, muitas vezes, pela disponibilidade de professores que se responsabilizam pelo ensino, na perspectiva de mudar o quadro desigual da educação no campo. (SILVA, 2015, p. 120)

Diante de um desafio não previsto durante a formação acadêmica, o professor se vê diante de um cenário contraditório, e passa a deixar de lado, uma série de ações que poderiam de fato promover uma ação pedagógica transformadora, uma prática que vislumbra uma formação que não é capaz de promover e incentivar “a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, o trabalho na escola para os trabalhadores do campo deve partir de uma perspectiva que atenda as suas reais necessidades, o encontramos, são estudantes ainda vivendo a fase do analfabetismo funcional, mesmo estando na escola, não consegue acompanhar de fato, se como estivesse em uma turma regular.

Diante disto, vale ressaltar que a qualidade dada pelo Estado à educação para os povos que vivem no e do campo, é resultante de uma ideologia pautada na necessidade de certificar apenas, para continuar atendendo as necessidades do Capital, colocando estes futuros jovens, como instrumentos de um sistema que justifica sua existência na condição de exploração do homem pelo homem, onde o trabalhador não é capaz de possuir os bens que ele mesmo produz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a educação do campo como um direito garantido na Lei nº 9394/96, em seu artigo 28º, se faz necessário lutar pela garantia desta para os povos que vivem na zona rural, principalmente, em povoados mais distantes, pois a lógica instituída para o processo de fechamento destas, passa pela desqualificação do trabalho daqueles que atuam como docentes.

Escolas situadas em povoados mais distantes, tem sido levadas ao descaso, funcionam com uma estrutura precária e preocupante, falta material didático, falta merenda, falta condições de trabalho, e todo esse descaso é justificado pela ausência de verbas para educação. O interessante é que em algumas comunidades, a própria comunidade contribui para o fechamento, pois a falta de conhecimento político destes, os levam a acreditar que a escola da cidade é melhor do que a escola do povoado, não compreendem que quando o sistema quer retirar Direitos, primeiro eles precisam desqualificar a prestação do serviço publico para que a população passe a enxergar que a ausência dele é melhor.

Neste contexto, se faz necessário promover ações de consciência político-ideologica, pois, durante anos e ainda nos dias atuais, a classe trabalhadora permanece sofrendo para que uma minoria dominante possa continuar usufruindo dos bens produzidos a partir do processo de escravidão.

Neste universo, a educação é o único caminho capaz de promover a transformação, sem ela, o individuo nada mais é do que uma massa de manobra nas mãos da burguesia que é lembrado apenas quando necessário para manutenção do poder.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, **Censo da Educação Superior**, MEC/INEP, 2013.

BRASIL, **Constituição, 1988**, Brasília, Senado Federal, 2000.

- BRASIL, **Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste**. MEC. Brasília, 1982.
- BRASIL. **Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, 2011.
- BRASÍLIA. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Caderno de Educação do Campo**. 2004.
- CALDART, R. S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas** – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- CHEPTULIN, Alexander. **A dialética materialista: leis e categorias da dialética**. São Paulo: Alfa_Omega, 1982. Ed. Unimep, Piracicaba (SP), 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- INEP. **Panorama da educação do campo brasileira**. MEC. Brasília, 2007.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LOMBARDI, José C. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1967.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SILVA, Edilma Jose da. Terra, território e educação: o fechamento das escolas no campo na mesorregião do sertão de alagoas. *Sociedade e Território*, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 111-125, set. 2015
- DANIEL, João. **SERGIPE RECEBE FRENTE PARLAMENTAR PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

QUE REAFIRMA MISSÃO DE CONTER O FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS. Disponível em: <<https://www.deputadojoaodaniel.com.br/sergipe-recebe-frente-parlamentar-pela-educacao-do-campo-que-reefirma-missao-de-conter-o-fechamento-de-escolas-rurais/>> acesso em 28 de fevereiro de 2018.

INEP. CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2016 Notas Estatísticas, Brasília – DF. Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> acesso em 13 de agosto de 2017

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 83, 84, 98, 110, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 156, 213, 217, 219

Aprendizagem 22, 57, 107, 145, 157, 192, 201, 212

C

Cultura 9, 27, 171, 192

D

Desafios 2, 3, 253

Diversidade 213, 255

Docência 225, 257, 258, 259, 260

E

EAD 133, 213, 236

Educação 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 35, 36, 38, 45, 46, 47, 53, 57, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 78, 79, 80, 89, 99, 100, 101, 102, 109, 110, 112, 121, 122, 123, 124, 126, 131, 132, 133, 145, 146, 147, 148, 151, 156, 158, 193, 204, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 245, 247, 248, 253, 254, 255, 258, 260, 264, 265, 266, 267

Educação Sexual 267

Empoderamento 242

Ensino 10, 11, 16, 17, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 36, 40, 63, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 123, 125, 151, 191, 192, 198, 202, 223, 227, 229, 258, 260, 265, 266

Escola 17, 38, 60, 61, 89, 96, 126, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 143, 145, 146, 238, 255, 259, 260, 261, 263

Estética 2, 5

Ética 2, 190, 192, 193

Experiência 257

F

Formação 2, 1, 2, 9, 10, 12, 13, 59, 68, 132, 213, 225, 227, 228, 229, 247, 257, 265, 267

G

Gênero 246

Gestão 10, 14, 89, 93, 110, 123, 132, 133, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 225, 265

I

Inclusão 1, 212, 255

Indivíduos 46

Informação 25, 51, 76

Intuir 134

L

Ler 142

M

Magistério 132

P

Pedagogia 9, 21, 23, 68, 70, 89, 96, 147, 151, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 245, 255, 267

Perspectivas 253

Pesquisa 18, 19, 20, 36, 46, 100, 110, 123, 190, 212, 213, 225, 227, 255

Políticas 98, 133, 265

Práticas 59, 79

Processo 68, 135

Q

Qualidade 98, 101, 102, 110, 198, 199, 200

R

Respeito 29

S

Sexualidade 208, 209, 212, 267

T

Tecnologias 25, 76, 123, 132, 133, 213, 217, 219, 267

TIC 25, 30, 131, 133, 214, 217, 224

Trabalho 33, 45, 86, 133, 193, 195, 198, 200, 213, 218, 247

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-568-6

